

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOB A PERSPECTIVA DO IMAGINÁRIO

TERRITORIAL DEVELOPMENT FROM THE IMAGINARY PERSPECTIVE

Samila Balbinot¹
Daniela Marzola Fialho²

RESUMO

O desenvolvimento territorial é um amplo objeto de estudo, que pode ser debatido em diversas esferas e à luz de diferentes perspectivas. Fundamentado no conceito de imaginário, por meio de uma revisão bibliográfica e análise documental, este artigo propõe uma abordagem histórica e também contemporânea. Os dois recortes temporais estabelecem uma relação entre a imigração italiana no Rio Grande do Sul e os atuais movimentos migratórios nas cidades. O *locus* de estudo abrange a região da Serra Gaúcha, no nordeste do estado. O objetivo é compreender e relacionar os estímulos que influenciaram e influenciam os movimentos migratórios populacionais. Ao abordar o período da colonização italiana no Brasil, discute-se tanto o processo migratório quanto o incentivo para que os italianos se estabelecessem no Rio Grande do Sul, com o sonho de conquistar sua própria terra e a construção de um imaginário sobre a mesma. Para analisar os atuais deslocamentos populacionais urbanos, serão considerados os efeitos do imaginário na idealização de lugares aliada ao sonho da casa própria. Dessa forma, ao retratar episódios his-

1 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos (2015) e mestranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio grande do Sul - PROPUR/UFRGS - na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política. Vinculada ao Grupo de Pesquisa CNPq: Grupo de Estudos e Documentação em Urbanismo - GEDURB-UFRGS.

2 Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - (1989), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS (1999). Doutora em História pela pelo PPG/Historia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010), sob a orientação no início da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento e no final da Profa. Dra. Susana Bleil de Souza. Realizou estágio de doutoramento no exterior com bolsa da CAPES -PDDE-(2006-2007) na EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, sob a orientação do Prof. Dr. Jacques Leenhardt. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) com mandato de 26/11/2013 a 31/03/2016. Realizou Pós-Doc (2018-2019) junto a EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, sob a orientação do Prof. Dr. Jacques Leenhardt. Atualmente é professora associada 4 na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro pesquisador e Coordenadora da Mapoteca do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: história urbana, cartografia urbana, planejamento urbano, políticas públicas, arquitetura e política sindical.

tóricos e estabelecer relações com a atualidade, busca-se dar concretude ao conceito de imaginário, tornando-o mais tangível.

Palavras-chave: Colonização Italiana. Movimentos Migratórios. Serra Gaúcha.

ABSTRACT

Territorial development is a broad field of study that can be discussed across various domains and through different perspectives. Based on the concept of the imaginary and using bibliographic review and document analysis, this paper proposes both a historical and contemporary approach. These two temporal frameworks establish a connection between Italian immigration in Rio Grande do Sul and current migratory movements in cities. The study focuses on the Serra Gaúcha region in the northeast of the state. The objective is to understand and relate the factors that have influenced and continue to influence population migration. By addressing the period of Italian colonization in Brasil, the study discusses both the migration process and the incentives that encouraged Italians to settle in Rio Grande do Sul, motivated by the dream of own land and the construction of an imaginary about it. To analyze current urban population displacements, the effects of the imaginary on place idealization, combined with the aspiration for home ownership, will be considered. In this way, by illustrating historical episodes and establishing connections to the present, the study aims to give substance to the concept of the imaginary, making it more tangible.

Keywords: Italian Colonization. Migratory Displacements. Serra Gaúcha.

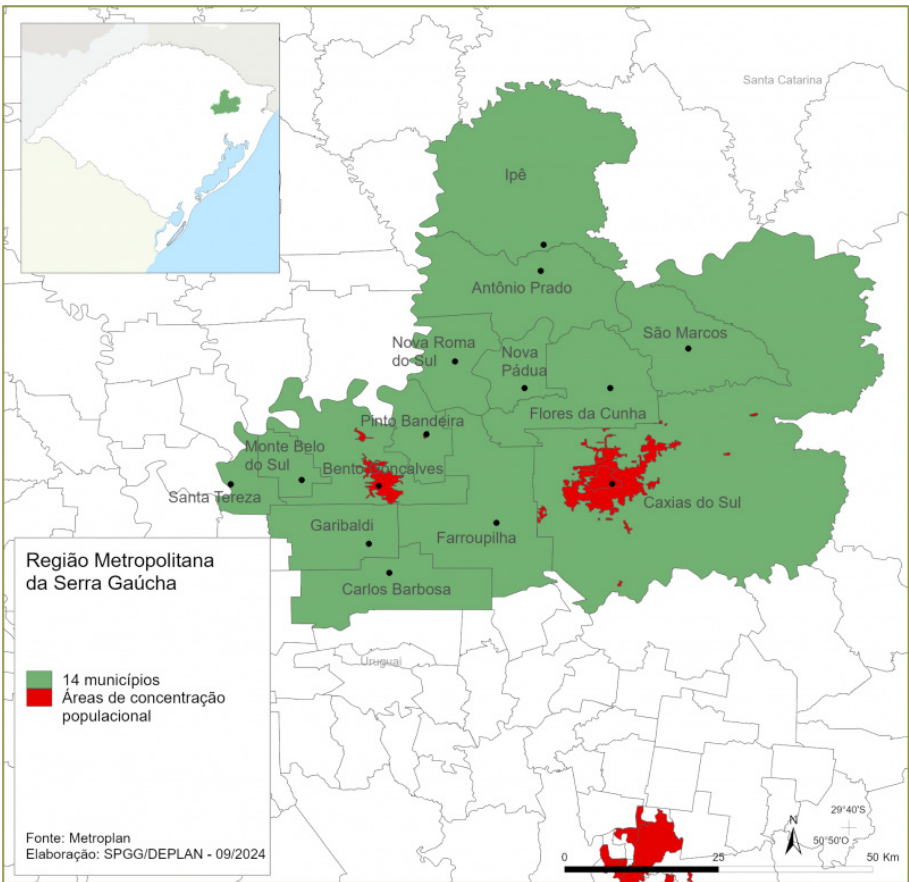
INTRODUÇÃO

Todas as cidades contam e constroem histórias sobre elas mesmas. Essa ‘autobiografia’ está presente no patrimônio material e imaterial dos municípios. As marcas do passado, gloriosas ou tristes, trazem consigo muitos ensinamentos. Com as histórias das cidades podemos compreender os aspectos culturais e as configurações territoriais das mesmas. Os fatos históricos nos oferecem exemplos a serem seguidos ou evitados, afinal, como refere Jacobs (2011, p. 5) “as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano”. Este trabalho apresenta uma contextualização histórica do desenvolvimento territorial na serra do nordeste gaúcho, através da colonização italiana. Em paralelo a essas antigas formações territoriais, oriundas da imigração e da colonização, analisam-se os atuais movimentos migratórios dentro da cidade, com a urbanização de áreas periféricas e distantes da malha urbana. Esta analogia estudada segundo os conceitos ligados ao imaginário, busca entender as histórias do passado que se repetem no presente, no que tange ao desenvolvimento territorial. Ou seja, a abordagem histórica deste trabalho busca detalhar a trajetória dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1875 e 1914, e a for-

mação de um território da serra Gaúcha. O recorte temporal atual analisa o crescimento urbano horizontal.

O surgimento das cidades que atualmente compõem a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG) se deve, especialmente, à coragem e ao trabalho das famílias italianas que abandonaram sua pátria na esperança de uma vida melhor. A RMSG (imagem 1) foi criada através da Lei 4.293 de agosto de 2013. A região metropolitana, é composta pelos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, São Marcos, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e Pinto Bandeira. A população total da RMSG é de 734.421 habitantes e seu território perfaz a área de 4.664,080km² (IBGE, 2022).

Imagem 1 – Mapa da Região Metropolitana da Serra Gaúcha



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2024).

Muitos destes municípios ainda possuem uma forte ligação com a cultura italiana em virtude do isolamento físico e social que passaram os primeiros italianos que se instalaram na região:

Esse isolamento, porém, não foi procurado pelos imigrantes europeus, mas imposto pelo sistema de colonização adotado pelo governo. Longe dos centros urbanos e comerciais, sem contato com a vida gaúchos, os imigrantes continuaram falando a língua de seu país e a viver segundo suas respectivas tradições e costumes, pois não sentiam a necessidade e nem tinham ocasião de falar a língua do país que os recebera (Manfroi, 1975, p.123).

Ou seja, a localização das colônias, em meio à mata virgem, com poucas estradas ou meios de comunicação, longe dos centros urbanos e comerciais, contribuiu para a homogeneidade cultural. Embora os imigrantes fossem originários de diferentes regiões da Itália, e que essas regiões pudessem apresentar diferenças culturais entre si, este trabalho aborda o imigrante italiano e sua cultura de forma única. Os estudos sobre “território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul” de Manfio e Pierozan (2019) trazem à luz os conceitos de identidade e pertencimento, por meio da semelhança dos costumes, na criação de territorialidades, desta forma:

Esta apropriação vista por meio da identidade é percebida no processo de colonização italiana realizado no Brasil, cujos colonos procuraram interagir com outras pessoas vindas da Itália e que apresentavam costumes e valores semelhantes, articulando o espaço em territórios culturais, marcados pela presença densa, inicialmente de italianos e, posteriormente, de descendentes italianos (Manfio; Pierozan, 2019, p.147).

Os imigrantes italianos, na sua grande maioria com baixa ou nenhuma escolaridade, confiaram seu destino ao desconhecido, à uma ‘realidade’ imaginada, fomentada através dos agenciadores do Brasil que aliciavam os emigrantes na Itália.

Ao olharmos a história da imigração italiana no Brasil sob a perspectiva do imaginário, podemos obter uma melhor compreensão acerca destes movimentos e suas motivações. Destaca-se que neste trabalho, a conceituação do imaginário e as concepções acerca do ‘real’, das representações e das demais temáticas que engendram a abordagem conceitual, não serão entendidas apenas como os meios de um resgate histórico para uma

melhor compreensão do passado. Propõe-se aqui, que além de olhar para o passado, se possa entender como o futuro foi vislumbrado neste passado, através do imaginário e de suas representações coletivas. Compreende-se este conceito de acordo com Pesavento (2007, p. 11-12), onde:

o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas.

Apresentado como “uma das tendências contemporâneas de análise da chamada Nova História Cultural” (Pesavento, 1995, p. 7), o imaginário, de acordo com a autora, é a construção de um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que proporcionam aos homens um sentido ao mundo. Ao referir o conceito de representação, Pesavento (2003, p. 17) aponta que “todos trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”. Já o imaginário é um conceito amplo, de forma que Pesavento (1995) apresenta em seu trabalho, diferentes autores e suas abordagens conceituais acerca do imaginário.

Os estudos de Hall (1997) apontam que a “representação é uma parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve a utilização de uma linguagem, de signos e imagens que se colocam como ou representam coisas” (Hall, 1997, p.1). Neste sentido podemos observar a dinâmica de incentivo à emigração ao Brasil na Itália, segundo a metáfora ‘Mundo no papel’ referida por Olson (1997, p.1). Esta metáfora analisa a escrita como o meio de representações do mundo, conforme ele é apresentado e descrito. Bronislaw Baczko, aponta o conceito de imaginário como “um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito.” (Baczko apud Pesavento, 2003, p. 43). Ou seja, entende-se que o movimento migratório descrito nesse trabalho determinou os rumos do território das cidades da RMSG, na lógica de que:

O imaginário é composto de um fio terra, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre coisas que, concretamente, não existem. Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real (Pesavento, 1995, p. 47).

Dessa forma, considera-se que o imaginário e as condutas pautadas

pelo mesmo no passado, possuem grande relevância na formação do território das cidades, bem como na sua identidade cultural. Compreende-se que na atualidade o imaginário ainda tem relevância nas formações territoriais. Na abordagem deste trabalho pretende-se demonstrar essa influência através de uma metodologia fundamentada no conceito de imaginário, utilizando-se de uma revisão bibliográfica aliada à uma análise documental. Assim, por meio do levantamento e da análise de dados históricos e contemporâneos, busca-se traçar um paralelo que exemplifique a concepção dos sonhos acerca de lugares para se viver. Questiona-se como estes sonhos movimentam os indivíduos e, conseqüentemente, grandes massas, podendo assim influenciar na formação territorial, pois “o território pode ser sonhado, ideológico ou imaginado, já que, às vezes, este permanece apenas na lembrança e pensamento do grupo social ou indivíduo, podendo efetivar ou não a materialidade territorial” (Manfio; Pierozan, 2019, p.146).

1 O IMAGINÁRIO E A IMIGRAÇÃO ITALIANA

Popularmente conhecida como o “Berço da Imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul”, a cidade de Farroupilha localiza-se na Serra Gaúcha, embora não haja nenhum documento oficial que conceda formalmente este título ao município, ele está presente em algumas literaturas e materiais de divulgação da cidade. Esta denominação ocorreu em virtude das primeiras ocupações de imigrantes italianos. No ano de 1875, “em 20 de maio, pelos registros oficiais, chegaram os primeiros italianos ao acampamento da Comissão, e foram acolhidos no barracão a eles destinado. Eram as famílias Radaelli, Crippa e Speraphico”, da cidade de Milão, na região da Lombardia (Gasperin, 1989, p. 71). O local onde os italianos se instalaram atualmente corresponde ao 4º Distrito da cidade de Farroupilha, no núcleo urbano denominado Nova Milano, cujo nome é derivado da origem dos imigrantes.

A imigração italiana no Brasil se deu entre os anos de 1875 e 1914. Neste período os italianos representavam metade e, por vezes, até $\frac{3}{4}$ dos emigrantes europeus que chegaram no país, em virtude dos problemas socioeconômicos e políticos que a Itália sofria. A unificação italiana³, ocorrida entre 1815 e 1871, as mudanças nas relações de produção e o aumento da carga tributária foram fatores decisivos para a emigração:

3 A Unificação da Itália, também conhecida como *Risorgimento*, aconteceu no século XIX e resultou na formação do Reino da Itália. Foi um processo gradual, que durou de 1815 a 1871, impulsionado pelas aspirações populares, o crescente nacionalismo e as ações de líderes políticos e militares, com o objetivo de superar a fragmentação da península italiana, que estava dividida em diversos estados independentes e soberanos, muitos dos quais sob o controle de potências estrangeiras (Gooch, 1991).

Após a proclamação do Novo Reino, a Itália foi submergida por inúmeros problemas jurídicos, econômicos e sociais, resultado de cinquenta anos de lutas e conspirações pela unificação. Quando o governo quis consolidar as bases da Nova Itália no nível burocrático, industrial, agrícola, comercial... viu-se na obrigação de recorrer ao mundo financeiro internacional, pois as finanças do Estado eram desastrosas. [...] Se levarmos em consideração que só o programa de construção de vias férreas, que compreendia um projeto de 6.000 km., exigia um orçamento seis vezes superior aos depósitos de todos os institutos de crédito italianos, pode-se, facilmente, avaliar a dependência em que se encontrava a Itália em relação aos capitais estrangeiros. A economia do país estava, assim, sujeita a todas as oscilações internacionais, como foi o caso durante a crise Paris-Londres, em 1865-1866. Essa dependência econômica foi uma grave decepção para todos aqueles que acreditaram que a unificação do país traria, igualmente e miraculosamente, a prosperidade e a independência econômica (Manfroi, 1975, p. 47).

No Brasil, neste mesmo período, havia o interesse do governo provincial na “abertura de estradas que escalariam o escarpamento da Serra, ligando assim a Depressão Central com o Planalto” (Manfroi, 1975, p. 58), nas regiões que seriam colonizadas. Depois de tentativas pouco efetivas para receber imigrantes, em 1874, o governo brasileiro relançou a colonização favorecendo-a com novas resoluções. Desta vez os resultados foram consideravelmente superiores. Através de agentes oficiais ou particulares, os emigrantes eram recrutados, sendo a imigração brasileira “em fins do século XIX, uma verdadeira indústria” (Manfroi, 1975, p. 98):

Os agentes de propaganda imigratória prometiam viagem gratuita, auxílio nos primeiros anos, nacionalização imediata e a possibilidade de serem proprietários de terras. Tais propostas entusiasmaram agricultores, pois era o maior desejo, o de serem proprietários de terras. (Montegutti; Giacomel; Dall’osbel, 1993, p.15).

Os imigrantes italianos não tinham conhecimento da política brasileira e da situação com a escravidão à época. As primeiras experiências de colonização brasileira, anteriores à 1875, foram fracassadas, uma vez que a política de imigração no Brasil foi criada para mitigar a escassez da mão-de-obra proveniente da abolição do tráfico escravo. Desta forma, a emigração para o Brasil era “considerada como uma escravidão camuflada” (Manfroi,

1975, p. 45) e países como a Alemanha, a Suíça e a França se opunham à emigração europeia. O governo italiano, inicialmente, não concedeu ajuda ou proteção aos seus emigrantes e os mesmos “vinham atraídos pela miragem desse país novo, que os agentes de imigração pintaram como um novo Eldorado” (Manfroi, 1975, p. 46), como mostra o cartaz de divulgação da emigração (imagem 2). Pode-se verificar o emprego e o impacto da representação na difusão deste cartaz com a divulgação de terras disponíveis na América.

Imagem 2 – Propaganda estimulando o movimento imigratório à América no século XIX⁴



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves, RS (s/data).

4 Tradução do cartaz: Na América. Terra no Brasil para os italianos. Barcos partindo a cada semana do porto de Gênova. Venha e construa seus sonhos com sua família. Uma terra de oportunidades. Uma vida de abundância em um clima tropical. No Brasil você pode ter seu próprio castelo. Terra do governo e ferramentas para todos.

Embora as informações sobre a imagem exposta sejam limitadas⁵, é possível perceber, por meio desta, que a emigração italiana para o Brasil era bastante atraente, especialmente para as famílias que se encontravam em situação de pobreza na Itália⁶.

A propaganda prometia um local de clima tropical, com abundância e riquezas minerais, onde as famílias poderiam ter seu próprio castelo, beneficiados com terras e ferramentas fornecidas pelo governo. No entanto, ainda que o Brasil fosse uma das poucas alternativas para mudar o que o destino lhes guardava na Itália, a terra prometida aos imigrantes italianos estava longe de ser um paraíso:

As promessas do governo brasileiro nunca foram integralmente realizadas. A prometida América lhes reservou sofrimentos e uma dura realidade. Quando as autoridades italianas tomaram conhecimento do estado em que viviam seus filhos no novo mundo, enviaram socorros, principalmente na parte religiosa, tentando animar a dura vida nas colônias de imigrantes. Só em 1901 é que o governo italiano considerava a emigração como um fato de interesse nacional e protegia o emigrante contra a exploração dos agentes, oferecendo-lhes a garantia da lei (Montegutti; Giacomel; Dall'osbel, 1993, p.17).

A própria travessia oceânica que, segundo Montegutti; Giacomel; Dall'osbel (1993, p. 17), durava cerca de 30 a 46 dias, foi a primeira adversidade vivenciada pelos italianos, Segundo Manfroí (1975), os navios ultrapassavam sua capacidade populacional, que era para 700 pessoas, transportando mais de 1000 imigrantes em condições precárias. Os navios careciam das condições mínimas de higiene e de conforto, não havia um local adequado para alimentação e a maioria dos navios não possuía serviços médicos, muitos passageiros perdiam a vida durante a viagem e eram jogados ao mar:

5 O documento encontra-se no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves como uma cópia, sem autor definido e de publicação e distribuição ostensiva. Não há informações exatas sobre o mesmo, sabe-se que cartazes desta natureza faziam parte da divulgação para atrair imigrantes da Itália, sendo distribuídos nas décadas de 1870, 1880 e até 1890.

6 As regiões mais afetadas e com maior percentual de imigrantes, especialmente no nordeste gaúcho, são provenientes de regiões situadas ao norte do Rio Pó, excluindo o Piemonte. Estas regiões em ordem decrescente, da maior para a menor em número de imigrantes, são: "Vêneto; Lombardia; Trentino-Alto Ádige; Friuli-Venécia Júlia, Piemonte; Emília-Romanha; Toscana; Ligúria" (Frozi; Mioranza, 1975. p. 14 - 15).

Os passageiros passavam a maior parte do tempo nos estreitos, escuros, quentes, úmidos e malcheirosos dormitórios. À noite, como as latrinas eram poucas e encontravam-se distantes, os dejetos humanos eram depositados nos cantos das grandes peças. Todas as manhãs, os viajantes subiam à ponte para que os pisos fossem lavados e desinfetados, fizesse ou não bom tempo. (Maestri, 2000, p. 49)

Após receberem muitas queixas dos italianos e com a revolta contra a exploração dos agentes aliciadores, em 1888, o governo italiano regulamentou a emigração por meio de uma lei que “regulamentava nos mínimos detalhes a forma de contrato, o transporte dos emigrantes, etc., mas intervenha somente no caso em que o contrato não fosse respeitado e sob pedido da parte prejudicada” (Manfroi, 1975, p.96). Se as dificuldades da travessia oceânica já foram um grande desafio, para os italianos que se instalaram no Rio Grande do Sul este era apenas o começo. Ao chegarem em Porto Alegre (RS), as famílias de imigrantes deslocavam-se para a então vila de São Sebastião, com pequenos vapores que navegavam pelo Rio Caí. Ao chegarem na vila, eles eram hospedados sem receber qualquer alimentação e depois seguiam, em maioria, a pé até a região da serra do nordeste gaúcho:

Esta marcha para o desconhecido, para a mata virgem, através de uma estrada que não era mais do que um corte de 5 metros de largura no meio da floresta, marcou profundamente os imigrantes. A floresta virgem, com tudo o que ela inspira de solidão e de medo, o estado impraticável da estrada, faziam, dessa viagem, uma epopeia que os italianos não estavam preparados para enfrentar. Esta marcha de três dias e três noites, sem abrigo, sem alimentação, sob o sol e a chuva, o frio e o calor, era feita por indivíduos extenuados pela longa travessia do mar e de rios, alguns doentes, outros marcados pelos sofrimentos físicos e morais. Era praticada por velhos e crianças, por mulheres grávidas e mães com filhos no colo. Esse trajeto não era um simples caminhar pela mata, mas uma subida da temida Serra Geral, através de vales e precipícios. Em três dias de marcha passavam de 10 metros a 800 metros de altitude. (Manfroi, 1975, p.112)

Após a viagem, as famílias de imigrantes eram acomodadas num barracão localizado na sede das colônias até receberem seus devidos lotes e construírem suas casas. A delimitação das terras livres, que pertenciam ao Estado, foi feita através do trabalho de engenheiros agrônomos contratados pelas autoridades. Os técnicos dividiram o território em colônias, linhas e lotes coloniais ou urbanos. Os lotes coloniais possuíam a forma de um re-

tângulo com a dimensão de 200 a 250 metros no seu menor lado e 1.000 a 1.250 metros no seu maior lado. No mapa da imagem 03, do ano de 1885, é possível observar a divisão dos lotes destinados aos imigrantes. Atualmente, a área indicada no mapa configura as cidades Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e Nova Pádua:

Na maioria dos casos, o imigrante italiano recebeu um lote por família, sempre na mata virgem, e que devia ser pago ao governo no prazo de 5 a 10 anos. A concessão de uma ajuda pecuniária para a construção da casa, de instrumentos agrícolas, sementes e outros favores prometidos e indispensáveis nos primeiros anos foram praticamente desconhecidos pelos imigrantes italianos. (Manfroi, 1975, p.117)

Imagem 3 – Planta geral da Colônia Caxias de Manoel Barata Goes



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (1885).

Efetivamente, as terras destinadas aos imigrantes italianos eram férteis nos primeiros anos de cultura, especialmente porque as mesmas se tratavam de matas virgens recém derrubadas ou queimadas pelos próprios colonos. Após tantas dificuldades, “a fertilidade dessas terras, nos primeiros anos de cultura, entusiasmava os imigrantes e seus descendentes” (Manfroi, 1975, p. 200). Com a ideia de que a terra mais fértil para a agricultura se encontrava na mata, os colonos italianos, sem o conhecimento de outras técnicas agrícolas, ocuparam rapidamente as áreas florestais virgens para plantação. Desta forma, as colônias prosperaram rapidamente “com o comércio fluente, com as estradas onde as caravanas de cargueiros muares eram substituídas por carroças” (Gasperin, 1980, p. 88). Com o conhecimento das técnicas agrícolas de suas regiões montanhosas na Itália, os imigrantes italianos aplicaram essas mesmas técnicas na Serra Gaúcha, inicialmente para garantir a subsistência. Com o tempo, a produção aumentou e a infraestrutura básica para a comercialização foi estabelecida, possibilitando o escoamento dos produtos. Frozi e Mioranza (1975) dividem esse desenvolvimento em três etapas: o estabelecimento dos imigrantes e a agricultura de subsistência; o desenvolvimento da vitivinicultura; e, posteriormente, a industrialização. Os autores descrevem que:

Se, na primeira etapa, a economia agrícola da Região de Colonização Italiana do nordeste do Rio Grande do Sul se caracterizara por ser de subsistência, na segunda, com o aumento da produção e com uma infraestrutura básica para a comercialização, desenvolveu-se o mercado do vinho e a cultura da videira se expandiu. A comercialização do vinho realizou-se do primeiro com a capital do Estado e, logo, abriu-se o mercado de São Paulo. Com o incremento da vitivinicultura, abriram-se perspectivas para uma indústria de sustentação, fornecedora de instrumentos e máquinas para o cultivo e elaboração deste produto (Frozi; Mioranza, 1975, p.76).

Este progresso aliado ao fato de que “o governo procurava, desde 1879, livrar-se de todas as responsabilidades que comportava a administração das colônias” (Manfroi 1975, p 65), proporcionou a rápida emancipação das mesmas.

Com este progresso das colônias, não se pode esquecer que todas as ações de colonização acarretaram consequências, “marcas de prosperidade sem dúvida, mas também de devastação fazem parte da história da colonização europeia na região serrana do Rio Grande do Sul” (Bublitz, 2004, p. 1). A abordagem acerca das consequências ecológicas é pouco retratada

na história da colonização italiana no Rio Grande do Sul, apesar de que os próprios registros (imagem 04) comprovam a devastação. O mesmo ocorre com a questão da ocupação de áreas de territórios indígenas da região, sendo evidente em nomenclaturas como ‘Campo dos Bugres’, que se tratava de um local que era uma antiga sede de aldeia, onde hoje localiza-se a cidade de Caxias do Sul. “Não se pode subestimar, no entanto, a presença indígena. Mesmo recuando na mata, distanciando-se da ação incisiva dos europeus, os índios continuavam por perto e ocupavam a área, inclusive disputando a posse do território” (Bublitz, 2004, p. 2).

Imagem 4 – Aspecto da região colonial poucos anos depois de ocupada



Fonte: Ernesto Pellanda - Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1950 p.34)

Essas problemáticas são pouco retratadas, sendo ofuscadas pela narrativa e valorização do sofrimento, do trabalho e das dificuldades vivenciadas por imigrantes italianos que povoaram os municípios da RMSG, estando enraizadas no senso comum dos moradores. Este saber é muito difundido uma vez que as histórias estão presentes nas famílias, nas escolas e nas diversas manifestações culturais, através de músicas, museus, festividades, entre outros. Toma-se como exemplo a música do folclore italiano denominada “La Merica” de Ângelo Giusti, sendo instituída como tema da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul através da Lei nº 12.411/2005. Seus versos relatam a trajetória referida neste trabalho. O so-

nho dos italianos que abandonaram suas raízes com a ilusão de uma terra prometida, uma nova vida com novas oportunidades em outro continente. Mas, ao chegarem no Brasil, se depararam com uma realidade bem diferente (Rio Grande do Sul, 2005, tradução nossa):

Da Itália, nós partimos
Partimos com nossa honra
Trinta e seis dias de navio a vapor
E na América nós vamos chegar

América, América, América
Como será esta América?
América, América, América
É um belo buquê de flores

Na América nós chegamos
Não encontramos nem palha e nem feno
Dormimos na terra nua
Como os animais, descansamos

América, América, América
Como será esta América?
América, América, América
É um belo buquê de flores

A América é longa e é larga
É formada de montes e planaltos
E com a indústria dos nossos italianos
Temos fundado vilas e cidades⁷

A música retrata a história do imigrante italiano, que, desde o embarque na Itália e durante os dias de viagem, sonhava com a sua chegada à América, vislumbrando-a com muita beleza. Descreve também a chegada desses imigrantes, a ‘realidade’ que encontraram e as dificuldades vividas e superadas com a formação de cidades, por meio do trabalho. Canções como esta eram uma forma de mitigar o sofrimento e a saudade, “os imigrantes e a primeira geração viviam cantando, em todos os lugares e em todas as circunstâncias” (Manfroi, 1975, p. 194).

7 Letra original: Dall’ Italia noi siamo partiti siamo partiti col nostro onore trentasei giorni di macchina e vapore e in Mèrica noi siamo arrivà. Mèrica, Mèrica, Mèrica, Cosa sarà la sta Mèrica. Mèrica, Mèrica, Mèrica! L’è un bel mazzolino di fior. E nella Mèrica noi siamo arrivati non abbiám trovato né paglia e né fieno abbiám dormito sul nudo terreno come le bestie abbiám riposà. E la Mèrica l’è lunga e l’è larga l’è circondata di monti e di piani e con l’industria dei nostri italiani abbiám formato paesi e città.

2 O IMAGINÁRIO E OS ATUAIS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA CIDADE

As famílias que povoaram o território da Região Metropolitana da Serra Gaúcha tinham, inicialmente, o sonho de possuir uma terra própria. Destas terras, naturalmente emergiram as comunidades que posteriormente se emanciparam e se transformaram em cidades. Estas, por sua vez, possuíam distritos que também se emanciparam, surgindo assim novas cidades. O surgimento dessas novas cidades não será abordado individualmente neste estudo, no entanto, na história de cada uma delas, também pode haver uma grande influência do imaginário, afinal:

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (Calvino, 1990, p. 29 – 30)

Num período em que as informações são rapidamente disseminadas, há uma grande facilidade de acesso ao conhecimento sobre as cidades do mundo inteiro e em tempo real. Apesar disso, acredita-se que o imaginário ainda pode ser relevante nas construções sociais e territoriais. Para compreender esta lógica, é necessário questionar também o conceito de ‘realidade’, “afinal, o que chamamos de mundo real é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma” (Pesavento, 2007, p. 11). As múltiplas representações, diversificadas de acordo com a cultura em que se inserem, fazem com que a ‘realidade’ possa ser vista, interpretada ou imaginada sob diferentes aspectos. Logo, a construção de imagens acerca da cidade pode ser uma questão de perspectiva, fundamentada na construção de ideologias e de anseios, coletivos ou individuais.

Atualmente, ao observar as ações de marketing imobiliário para a venda de edificações e loteamentos, pode-se notar que, na divulgação de novos locais para se viver, as projeções dirigidas ao observador se tornam cada vez mais tangíveis. A tecnologia, aplicada aos projetos arquitetônicos e urbanos, permite a elaboração de imagens cada vez mais realísticas:

A realidade se assume, então, como ostensivamente virtual, declaradamente simulada, e o simulacro computação gráfica passa a ser o real. Finalmente a representação da ‘realidade’ passa escancaradamente e sem subterfúgios a produzir a realidade. A linguagem da computação gráfica reinventa, assim, as representações vigentes e transcreve uma nova representação. (Fialho, 1999, p. 29 - 30).

Através de fotos e vídeos, o observador pode experienciar virtualmente a vivência em um determinado território ou moradia. Essa experiência é dotada de toda a perfeição visual e ilusória que a computação gráfica pode fornecer. Esta perfeição é aliada à uma idealização da moradia em sua materialidade, que muitas vezes provém do ‘sonho da casa própria’. O trabalho de Aieta e Costa (2022) busca compreender as implicações deste sonho, através de uma análise documental teórico-jurídica. Fundamentados na teoria de Foucault, os autores buscam:

Explicar que o discurso do sonho da casa própria pode estar associado ao controle político-social e pode servir de ferramenta propagandista da indústria imobiliária, utilizada para manter fiel e perene um mercado consumidor inescotável para a construção civil, propaganda essa já organicamente incorporada ao âmago dos indivíduos e à cultura da vida nas cidades. A conclusão a que se chegou foi a de que o discurso do sonho da casa própria legitima medidas de facilitação da aquisição da propriedade privada sob o propósito de dar concretude ao direito social de moradia e, assim, atende interesses políticos e econômicos de geração de renda (inclusive para as construtoras) e emprego através da produção de novas unidades habitacionais. Nesse sentido, o discurso do sonho da casa própria é importante ferramenta de disciplina social porque permite criar, através da sua propagação e assimilação, o mercado consumidor da mercadoria-habitação, sem o qual as políticas econômicas disfarçadas de políticas de habitação não atingiriam seus efeitos (Aieta, Da Costa, 2022, p.2-3).

Ou seja, juntamente com as ações de publicidade, o discurso do sonho da casa própria pode levar os indivíduos às migrações territoriais que garantem a propriedade privada. Ao analisar a “construção do sujeito endividado”, também sob uma base foucaultiana, as autoras Escosteguy, Guareschi e Reis (2023) trazem à luz a problemática de empreendimentos localizados em áreas afastadas da malha urbana:

Ao escolherem os terrenos e os projetos, entregam apartamentos homogêneos, sem adequá-los às diversas especificidades culturais de seus maiores interessados – os moradores. Geram também um acirramento da segregação socioespacial da população mais pobre nas cidades ao empurrá-las, cada vez mais, para as regiões periféricas, onde o acesso a serviços, lazer e trabalho é limitado (Escosteguy; Guareschi; Reis, 2023, p. 141).

Entende-se que as alternativas para a realização do sonho da casa própria não se limitam unicamente às políticas públicas. O mercado imobiliário pode se transfigurar de diversas formas para alimentar este sonho e, ao mesmo tempo, materializá-lo. Independente do recurso utilizado, questiona-se a qualidade territorial na qual a moradia se insere, como a existência de equipamentos públicos, lazer e mobilidade. Afinal, compreende-se que o sonho da casa própria não contempla a ‘dignidade urbana’. Muitas possibilidades de moradia estão inseridas em áreas afastadas ou com pouca infraestrutura. “Percebe-se, então, que a publicidade tem papel fundamental na propagação do discurso do sonho da casa própria, ou seja, age na difusão dos valores que devem ser assimilados organicamente” (Aieta, Da Costa, 2022, p.11).

Volta-se, portanto, às ações midiáticas que constroem o imaginário acerca das habitações no território urbano. Com as simulações realísticas dos empreendimentos, as pessoas podem compreender com facilidade os espaços projetados. É evidente que os desenhos a mão livre na arquitetura também proporcionam, com toda a sua distinção, uma boa percepção dos espaços, mas as imagens elaboradas por computação gráfica podem até ser confundidas com a ‘realidade’. No entanto, o realismo das imagens renderizadas não podem transmitir os sentimentos provenientes das relações, das sensações e das experiências vividas nos lugares:

Imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho. Há uma *décalage* entre a concretude das condições objetivas e a representação que dela se faz. (Pesavento, 1995, p.15)

Mesmo com maior acesso ao conhecimento e com imagens realísticas que podem garantir uma percepção visual muito mais concreta, pondera-se que os atuais movimentos migratórios na cidade ainda podem ser uma concepção utópica. Neste trabalho, os movimentos migratórios se referem especialmente ao “espraçamento do tecido urbano” (Sposito, 2009), ou seja, as habitações em áreas distantes da malha urbana. Essas novas formas espaciais, segundo Sposito (2009), são relacionadas a produção de uma urbanização difusa, através de um conjunto de dinâmicas que orientam o mundo contemporâneo. A autora aponta que essa tendência na produção do espaço urbano:

Responde, com grande intensidade, no caso brasileiro, aos interesses dos agentes da produção do espaço urbano. O aumento da oferta de novos lotes urbanos, cada vez mais

distantes, reflete o ritmo mais acelerado com que essa produção de novos espaços realiza-se comparativamente à evolução do crescimento demográfico (Sposito, 2009, p. 38).

Essa urbanização dispersa está ligada aos indivíduos que buscam realizar o sonho da casa própria e que veem nas áreas periféricas uma alternativa viável para alcançá-lo. Observa-se que há outra motivação para urbanização destas áreas: uma “autossegregação” (Sposito, 2009) de indivíduos que optam por um lugar distante e com controle dos espaços de uso comum, como os condomínios residenciais de alto padrão. Estes lugares “se enclausuram, ainda que isso não seja desejo de uma parte dos cidadãos ou possível para outra parte deles, para não nos esquecermos que a cidade é mais complexa, tanto quanto a sociedade, do que o sonho que os anúncios imobiliários vendem” (Sposito, 2009, p. 45)

Para qualquer público atingido por estes anúncios, as informações que a tecnologia proporciona, não impedem o afastamento entre as duas ‘realidades’: a ‘realidade’ no momento da elaboração ou aquisição de espaços na cidade; e a ‘realidade’ ao viver nestes espaços. Ou seja, até hoje podemos nos deparar com o mesmo sentimento de engano verificado na chegada dos imigrantes italianos às suas terras, com ressalva nas suas proporções. Outra similaridade na relação estabelecida neste trabalho é o isolamento territorial desses fluxos migratórios.

Ao analisar ambos os recortes temporais, compreende-se que, na imigração italiana, a idealização acerca dos territórios era constituída em decorrência da falta de conhecimento sobre os mesmos. Com alguns estímulos, abria-se espaço para a imaginação conceber uma ‘realidade’ utópica. Na atualidade, paradoxalmente, a grande quantidade de informações não inibe a criação de imagens acerca do território. Neste caso, a ‘realidade’ é fornecida visualmente, sem exigir grandes esforços da mente que imagina. Em ambos períodos referidos, acredita-se que existe um fator comum na construção deste imaginário, a interpretação. Afinal, “interpretar significa forjar sentidos, fornecer significados, atribuir senso, conversar com a imagem, dialogar com o subjacente, fazer falar o excedente, cinzelar inscrições e provocar linguagem com linguagem até a confissão” (Da Silva, 2017, p. 133). Questiona-se, portanto, se a situação em que o interpretador se encontra interfere no ato de interpretar. Por exemplo, se não fossem afetados pela pauperização e pela falta de esperança no seu país, os imigrantes italianos confiariam nos agentes de emigração e idealizariam as terras no Brasil da mesma forma que relata a história?

Portanto, assim como o contexto social que incentivou a imigração italiana e mudou a história de todo um território, o contexto social atual

encaminha-se para o mesmo destino. Em ambos os cenários, o imaginário pode contribuir intensamente para esta conformação, afinal “o imaginário se alimenta de ambiguidades, polissemias, paradoxos, duplos sentidos, jogos de palavras, brechas na racionalidade, zonas de sombra e de luminosidade intensa, contradições e diferenças semânticas” (Silva, 2017, p. 75). Nestas condições, a construção do imaginário acerca de um local para moradia, fomentado por discursos e imagens, pode incentivar a urbanização de qualquer território, mudando e determinando as configurações urbanas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão do presente trabalho traçou um paralelo entre a imigração italiana e os atuais fluxos migratórios no contexto urbano. Estes movimentos foram pautados por conceitos relacionados ao imaginário, e a construção do sonho da casa própria na atualidade.

A partir da compreensão das idealizações acerca de determinados espaços, percebe-se que as representações dos territórios, independente da época em que estão inseridas, possuem grande relevância na construção de um imaginário sobre estes lugares. A ‘realidade’ concebida a respeito destes espaços pode transformá-los, não necessariamente em consonância com a ‘realidade’ imaginada.

Essa concepção de mundos paralelos pode gerar consequências tanto positivas quanto negativas para os indivíduos que habitam um determinado território e para as cidades em si. Não há uma proporcionalidade direta entre a esfera individual e a esfera social. Por exemplo, o desapontamento de um indivíduo ao finalmente conhecer a ‘realidade’ do seu habitar de forma materializada não implica que, a longo prazo e para a coletividade, a transformação do espaço não possa ser positiva. Além disso, não seria possível realizar uma análise de maneira absoluta como totalmente positiva ou negativa; é essencial uma análise individual de diferentes aspectos. No caso da imigração italiana, apesar das dificuldades vivenciadas pelos imigrantes, obteve-se como resultado em nível territorial, uma importante região de desenvolvimento urbano. As consequências das atuais migrações na cidade, dos indivíduos que buscam a realização do sonho da casa própria, vão depender de diversos fatores, mas entende-se que as dificuldades individuais são e serão repetidas. Por fim, independentemente da polaridade dos resultados, é evidente que o imaginário exerce uma influência transformadora sobre os territórios.

REFERÊNCIAS

- AIETA, Vania Siciliano; DA COSTA, João Marcelo Sant'Anna. *O dócil sonho da casa própria*. Pensar-Revista de Ciências Jurídicas, v. 27, n. 1, p. 13, 2022.
- BENTO GONÇALVES. *Propaganda estimulando o movimento imigratório à América*. Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal, [s.d.].
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Planta geral da Colônia Caxias*. Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BUBLITZ, Juliana. *A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Revista Métis, v. 3, n. 6, p. 179-200, 2004.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DA SILVA, Juremir Machado. *Diferença e descobrimento: o que é o imaginário? (a hipótese do excedente de significação)*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.
- ESCOSTEGUY, Camila Leite; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; REIS, Carolina dos. *Programa minha casa minha vida, o sonho da casa própria e a construção do sujeito endividado*. Mosaico: Revista de História. Goiânia: PUC Goiás, v. 16, n. 3, p. 133-143, 2023.
- FIALHO, Daniela M. *O tempo e a forma da cidade: o curso do discurso*. 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, RS.
- FROZI, Vitalina Maria.; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento/UCS/ISBIEP, 1975.
- GASPERIN, Alice. *Farroupilha: ex-colônia particular sertorina*. Caxias do Sul: Autor, 1989.
- GOOCH, John. *A unificação da Itália*. São Paulo: Ática, 1991.
- HALL, Stuart (Ed.). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.
- IBGE. *Cidades*. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- JACOBS, Jane. *Vida e morte de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: a colonização Italiana do Rio Grande do Sul, 1875-1914*. Passo Fundo: Editora Universitária, 2000.
- MANFIO, Vanessa; PIEROZAN, Vinício Luís. *Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise da Serra Gaúcha*

- e da Quarta Colônia. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 1, p. 144-162, 2019.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: IEL/Grafosul/DAC/SEC, 1975.
- MONTGUTTI, Ivo; GIACOMEL, Miriam Teresa; DALL'OSBEL, Simone Ana. *Farroupilha ontem e hoje: subsídios*. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha, 1993.
- OLSON, David R. *O mundo no papel*. Rio de Janeiro: Ática, 1997.
- PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D.; LIMA, Mário de A. (Org.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p. 33-64.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário*. Revista brasileira de História, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- RIO GRANDE DO SUL. *Mapa da Urbanização da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)*. 2024. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/mapa-urbanizacao-rmsg-2024>>. Acesso em: 13 nov. 2024.
- RIO GRANDE DO SUL. *Lei Complementar nº 14.293, de 29 de agosto de 2013*. Cria a Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-complementar-n-14293-2013-rio-grande-do-sul-cria-a-regiao-metropolitana-da-serra-gaucha>>. Acesso em: 27 out. 2023.
- RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 12.411, de 22 de dezembro De 2005*. Institui a música “La Merica”, de Ângelo Giusti, como tema da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-12411-2005-rio-grande-do-sul-institui-a-musica-la-merica-de-angelo-giusti-como-tema-da-colonizacao-italiana-no-estado-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 27 out. 2023.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: Nestor Goulart Reis (Org.). *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. p. 38-54.

Recebido em: 01/09/2024

Aceito em: 22/11/2024